

TRANSFEMINISMO AFROINDÍGENA, ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS, DIREITOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA, POLÍTICAS DO CORPO

Ana Karina Barbosa Sampaio

Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São - SP, anakarina@ifpi.edu.br;

Joicyara Bernardes de Lima Ferreira

Especialista em Direito Penal e Processual pelo IERSA – Instituto de Educação Superior Raimundo Sá -PI, joicyara@hotmail.com;

Paulo Fernando Mafra de Souza Junior

Historiador (FUNESO); especialista em História das Artes e das Religiões (UFRPE) e em História do Brasil, com formação complementar em Direitos Humanos e Cidadania (UFPI); Mestre e Doutor em Serviço Social (PPGSS-UFPE), com estágio de doutoramento no Centro de Estudos Africanos na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo – Moçambique (financiamento pela CAPES/AULP). Professor nos cursos de Serviço Social, Direito, Jornalismo e Pedagogia da Faculdade R. Sá (IERSA). E-mail: pmafrajr@hotmail.com.

Resumo

O verbo “aquendar”, etimologicamente nascido do Bajubá ou Pajubá, expressão gestada no útero da resistência cognitiva das travestis, entre as décadas de 60 e 70, frente às opressões e violências perpetradas pelos policiais e Estado brasileiro na gana pela apropriação e regulação da exploração dos trabalhos sexuais e reprodutivos dos corpos trans. Dessa forma, este estudo trata de uma apresentação das trajetórias de aproximações, delimitação e da transa à três capítulos da tese “Estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas: análises críticas às políticas do corpo

a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique”, buscando descrever o processo de assimilação das teorias e experiências de campo de pesquisa que compõe este trabalho, tendo como objetivo metodológico central as Análises críticas dos discursos coloniais aos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas, pautadas na cosmovisão afroindígena, mostra-se útil para identificar outras visibilidades junto aos imaginários locais e ecologias dos saberes pluriversais, tais como abordagens metodológicas decoloniais que são exercidas às margens das centralidades dos universalismos e hierarquias verticalizadas associadas ao direito e propriedade intelectual privada que (des)estruturam os Direitos Humanos e empreendido pelas políticas do corpo de sistema moderno das colonialidades de gênero. Resta, pois, evidenciar a denuncia da pretensão essencialista do imaginário monogâmico da reprodução binária segundo a hermenêutica cristã e suas economias morais da produção do corpo individualizado e fabricado, também, pelo complexo médico-farmacêutico ocidental. Este resumo deverá ser utilizado no formulário de submissão do trabalho no ato da submissão.

Palavras-chave: Transfeminismo Afroindígena, Estratégias Decoloniais, Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva, Políticas do corpo.

Introdução: aquendendo¹ as estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas²

Tomando como referência os aspectos genealógicos dos saberes mitológicos e conhecimentos lendários como propriedades coletivas dos saberes afroindígenas, este corpo transtextual³ filia-se às cosmovisões ancestrais, tal como crítica ao movimento do universalismo feminista das mulheres de cor e das pessoas trans afroindígenas contemporâneas ao sistema-mundo do sul global que insurgindo ao individualismo e à modernidade organizada ontologicamente sob categorias homogêneas, atômicas e separáveis, manifestam que a interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade (re)existe muito além das categorias do moderno sistema-mundo ocidental (QUIJANO, 2002; WALLERSTEIN, 1992). Desta filiação, optamos pela visibilidade dos corpos em transgressões coletivas, associações cosmológicas, comunicações ecológicas, coalizões econômico-espirituais não-modernas, rejeitando o estigma das comunidades primitivas,

- 1 Flexão do verbo “aquendar”, etimologicamente nascido do Bajubá ou Pajubá, é uma expressão gestada no útero da resistência cognitiva das travestis, entre as décadas de 60 e 70, frente às opressões e violências perpetradas pelos policiais e Estado brasileiro na gana pela apropriação e regulação da exploração dos trabalhos sexuais e reprodutivos dos corpos trans. Nas últimas décadas o Pajubá toma força, visibilidade e centralidade desde a militância trans nas ‘ilhas’, pelos trânsitos territorial e cultural entre o continente africano, latino-americano e através das artes corporais e atos políticos nas ruas e ciberespaço, desde os espaços das reproduções acadêmicas nas escolas, faculdades e universidades aos espaços de cooperação política e econômica engendrados pelo pensamento decolonial no Sul global.
- 2 Texto baseado nos cadernos de campo/sonhos entre os anos de 2004 a 2018, entre fronteiras de Pernambuco, Piauí, Maranhão, Natal, Ceará, Brasília, Rio de Janeiro, Valparaíso e Santiago do Chile, Barranquilha e Cartagena das Índias, Maputo, Swazilandia, Johannesburg, Capetown, Paris.
- 3 “Inclui tudo o que coloca (um texto/imagem) em relação, manifesta ou secreta, com outros textos imagéticos, este caso salientamos a colaboração contra-hierárquicas entre textos escritos e imagens, a fim de desfazer a idéia da gênese entre desenho e escrita, tempo não/linear, possibilitando a relação com vários pontos de partidas para as leituras, tais como imagens e links com outros discursos que se interrelacionam na resistência aos discursos hegemônicos (GENETTE, 1982, p.135)tais como blogs, sites e redes sociais no ciberespaço.

sociedades tradicionais e ou organizações ditas, equivocadamente, pré-modernas (LUGONES, 2014; APARICIO & BLASER, 2008).

Em oposição à lógica dicotômica da gênese e historiografias ocidentais, hierárquica e categorial das colonialidades e modernidades capitalista, este artigo faz um recorte da tese Estratégias Decoloniais dos Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva das Pessoas Trans Afroindígenas: análise crítica às políticas dos corpos a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique que se alinha às cosmovisões das resistências das pessoas afros e indígenas forjadas por memórias coletivas que evidenciam a perspectiva espiritual das corporalidades ancestrais, seja no movimento entre espécies no trânsito entre vida e morte dos corpos humanos e não-humanos, dos espíritos dos mortos e dos vivos que(des)fazem os gêneros e sexos no corpo coletivo⁴. Assim, reproduzimos as resistências dos corpos que escapam à normatividade hierárquica dos binarismos e às categorias atômicas, tal como constituição das estratégias de sobrevivências das pessoas que vivem no trânsito “entre corpos”, “entre-lugares”, na transgressão dos posicionamentos entre costumes e direitos, nos “entre-tempos” dos saberes nômades que não se enquadram no pensamento ocidental, sobretudo por se constituírem no não-linear e entre planos (não)racionais.

Contrariando à doxa da monogenia num tempo universal que explique uma única gênese do mundo humano sobre o não-humano, da evolução e adaptação genética entre as espécies, ou da história do nascimento e desenvolvimento das mutações ‘patológicas’ ou “desvios sexuais” que categorizam pessoas em classificações internacionais das doenças tidas como ‘disforias transexuais’ e/ou ‘disfunção transgêneras’⁵ no sistema mundo ocidental tal qual darwinismo social. Este

4 Nas cosmovisões indígenas os espíritos humanos ou não, transitam entre animais e vegetais, entre cosmos celestes e elementares terrestres, num movimento descontínuo em espiral e trajetórias cíclicas, entre trocas e mudas de roupas corporais, entre vidas e mortes infundáveis. Um tigre, uma serpente ou passarinho podem se vestir de humanos ou vegetais e vice-versa. A caça e os jogos das sobrevivências cosmológicas os tornam iguais, mesmos sob as diferenças das roupagens corporais.

5 Categorias elaboradas pelas epistemologias ocidentais que subscrevem doença no CID 10 (CID 10-F6). Transtornos da identidade sexual; CID 10 - F64.0 Transexualismo; CID 10 - F64.1 Travestismo bivalente; CID 10 - F64.2; Transtorno de identidade sexual na infância; CID 10 - F64.8 Outros transtornos da identidade sexual; CID 10 - F64.9 Transtorno não especificado da identidade sexual)Ver: http://www.medicinanet.com.br/cid10/1554/f64_transtornos_da_identidade_sexual.htm

trabalho denuncia a pretensão essencialista do imaginário monogâmico da reprodução binária segundo a hermenêutica cristã e suas economias morais da produção do corpo individualizado e fabricado, também, pelo complexo médico-farmacêutico ocidental.

Portando, reivindicamos a luminosidade sobre a pluriversidade nas leituras genealógicas que reproduzem visibilidades acerca da multiplicidade dos mitos tribais e interrelacionam os saberes poligênicos das sociedades orais e robustecem a poligamia como tecnologia indígena da reprodução dos direitos à saúde sexual e reprodutivas das corporalidades entre direitos coletivos ao corpo e costumes comunais da economia e política cosmológica das intercomunicações étnico-raciais.

Para tanto, valemo-nos do turno ou giro decolonial (GROSFOGUEL, 2007; MIGNOLO, 2008, p. 33) que, numa outra noção ou perspectiva de tempo, desenha as relações ecológicas entre epistemologias não-ocidentais por meio das costura entre vivências coletivas e experimentações corporais, tal como saberes e técnicas ritualísticas da reprodução sexual das comunidades tribais. Assim, ressaltamos a importância reflexiva, crítico-analítica acerca das estratégias de instrumentalização, transformação, transcrição do corpo coletivo como movimento comunal e decoloniais que transgridem, estrategicamente, os direitos privados e individuais. Reivindicamos o (re)conhecimento dos direitos indígenas à reprodução dos corpos nos ritos de fertilização da terra aos da fabricação coletiva do corpo desde as práticas da iniciação sexual às inscrições ritualísticas nas pinturas corporais, utilização das máscaras e tatuagens comunais; validação das mutilações e sacrifícios do corpo sagrado às práticas de transformações das genitálias como direitos étnico-raciais que constituem os saberes políticos do corpo e economia dos conhecimentos locais, considerando-se que a cosmovisão da resistência não-modernas de mulheres negras à tais práticas não se limitam às normatizações ocidentalizadas, comumente enunciadas como “bárbaras” ou “menos evoluídas”.

A problemática da transgressão corporal do “natural” vai além dos limites da normalidade e razão dicotômica natureza/culturas do pensamento ocidental e seus enquadramentos econômicos do moralismo ontológico, perspectivas historiográficas da ‘evolução humana’ e “desenvolvimento” político do corpo social. A partir das estratégias decoloniais dos corpos transgressivos junto aos Direitos Humanos e Movimento transnacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais

e Transexuais – LGBT⁶, projetamos borrar os traços autoritários que demarcam, separam e estigmatizam o “subdesenvolvido” em relação ao “desenvolvido”, rejeitamos a linearidade do “ponto de partida” ao “ponto de chegada” da “democracia e Estado ocidentalizante”, a fim de questionar e conseqüentemente evidenciar a visibilidade do imaginário tribal, as cosmogonias afroindígenas e a pluridiversidade das aldeias e comunidades em redes a partir do reconhecimento das políticas dos corpos tribalistas que suturam o imaginário do sistema sul global.

Por isso, salientamos a importância do pensamento decolonial crítico-analítico acerca do imaginário mitológico que transgridem noções de territórios e populações determinados pelo pensamento ocidental. A partir do turno decolonial é possível reconhecer outras perspectivas junto ao direito originário ao imaginário ancestral, potencialmente fertilizador das imagens dos sonhos compartilhados entre corpos coletivos, tal como sinalizou Frantz Fanon (1961, p. 6) acerca dos “sueños musculares dos indígenas”, a fim de significar as subjetividades das estratégias de fugas ou táticas das lutas ativas do romper fronteiras racionais, instabilizando o estigma e categorização dos indígenas como seres ‘infantis, inocentes ou pensamentos irrealis’ (CAMPBELL, 2001). Diferentemente das leituras dos sonhos ocidentais, que tratam sempre das relações de poder entre corpos atomizados e hierarquizados, daqueles que estão ‘por cima’ ou ‘por baixo’, no ‘controle’ ou ‘sob controle’ do mestre e/ou escravo, do velho ou novo, dos corpos ativos ou docilizados (FOUCAULT, 1985) sejam entre corpos classificados entre machos e/ou fêmeas, pois o sonho do colonizador aparecem em esquemas binários, sejam por meio das escalas do cinza, da relação entre o preto e o branco, o escuro e o iluminado (VIVEIROS DE CASTRO, 1969; 2004).

6 Optou-se pela sigla LGBT ao invés de LGBTI e LGBTIQA+, a fim de problematizar a mesma sigla utilizada pela LAMBDA/Moçambique, assim como evitar o tratamento das diferenças sexuais como significado indispensável ao antagonismos entre povos, visto que a colonização dos corpos dar-se-á pelas classificações das sexualidades em infinitos caracteres que representariam alguma diferença, reflexões que fugiriam aos objetivos desta tese

Metodologia

Com vistas ao alcance dos objetivos delineados, optamos por realizar abordagens metodológicas decoloniais a partir das categorias estabelecidas por (CALDERÓN, 2017) e a tradução cultural das imagens fotográficas e publicitárias baseadas em (PENN. IN. BAUER & GASKELL, 2002; BANDEIRA, 2016), tendo como ferramenta o conjunto de instrumentais conceituais para uma abordagem sistemática dos sistemas de signos, a fim de caracterizar os tipos e da produção dos sentidos não-modernos com a lente teórica decolonial. Assim, como campo de pesquisa resta definido o “lócus-fraturado” (LUGONES, 2014) das imagens que atravessam o sistema moderno da colonialidade de gênero constituído pela língua e linguagens padrões das corporalidades ocidentalizadas. Nesse caso, a fratura do binarismo de gênero que atravessa o imaginário que constituem a Língua Portuguesa (língua do colonizador) caracteriza-se como um demarcador da transgressão não moderno do qual emergem o pensar dos signos, dos significados e dos posicionamentos dos corpos afroindígenas, proporcionando a visibilidade das linguagens imagéticas das corporalidades trans afroindígenas que atravessam os “entre-lugares” que constituem o corpus da pesquisa.

Referencial teórico: crítica a universalidade dos direitos humanos

Ao valemo-nos do verbo⁷ fraturado “aquendar” para evidenciar o efeito transgressivo das estratégias decoloniais que fraturam a razão dualista e instabilizam a centralidade das línguas padrões ou ‘oficiais’ que, sistemicamente, estruturam e reproduzem a injustiça cognitiva global do sistema mundo ocidental⁸ pela determinação autoritária

7 Jean-Paul Sartre (1961, In.: FANON, Frantz. 1968), destaca como o verbo emprestado aos colonizados é tomando como base da colonização moderna, a reprodução do mesmo entre os colonos reproduz a colonialidade. Fraturá-lo ou transgredir o verbo significa os sentidos da descolonização.

8 Santos (2007) destaca seis línguas padrões estruturantes que sustentam o pensamento abissal, a injustiça global e sistema-mundo ocidental: inglês, francês, espanhol, português, alemão/holandês, italiano. Tais línguas reproduzem o latim e grego como a

das leituras padrões e significados impostos aos signos oficiais que silenciam e invisibilizam saberes subalternizados ou colonizados. A fratura do verbo, assim como a fratura do signo que o representa, é também a fratura dos seus significados. Assim, vê-se a imagem da desobediência epistemológica (MIGNOLO, 2008) reproduzida nas linguagens e estratégias decoloniais dos saberes locais e corporalidades das travestis, ou trans afroindígenas que transgridem as fronteiras linguísticas oficiais no Brasil, a partir das décadas de 60 e 70.

As travestis, tal como um dos possíveis “tipos” das pessoas afroindígenas no Brasil e sistema do sul global, são reconhecidas como as mães do Pajubá, sobretudo por sua reprodução de visibilidades das linguagens corporais da resistência trans, seja em meio ao trabalho sexual nos espaços das prostituições noturnas nas ruas e espaços públicos, ou seja nas sociabilidades em espaços privados. Justamente porque o Pajubá, como linguagem que se constitui a partir do signo fraturado das linguagens oficiais, junto às linguagens tribais, transgridem as linguagens oficiais opressoras no mercado do trabalho sexual e na reprodução dos corpos dissidentes, resistentes e ativos frente às colonialidades modernas de gênero. A visibilidade da militância Trans que atravessa a cis-normatividade das políticas do corpo LGBT, reproduzem, assim, signos e significados dos espaços públicos fraturados por linguagens étnico-raciais. O lócus-fraturado reproduzido pelo Pajubá demarca o trânsito, a troca entre as línguas, assim como salienta-se o potencial decolonial do Criolo em Guiné Bissau ou da língua Changana nas ruas de Maputo, Moçambique. O Pajubá e seu imaginário trans afroindígena parte das linguagens e socioletos que (con)fundem o Inglês, Francês, Português, ou Espanhol ao Umbundo, Kimbundo, Kikongo, Nagô, Egbá, Ewe, Fon, Bantu e Yorubá entre outras dos reinos africanos. Tais línguas são oriundas dos imaginários tribais e locais, em diálogo contínuo, com outros saberes étnico-raciais locais.

Além de fraturar os significados das línguas oficiais com imagens ou leituras ‘outras’, o linguajar e leitura da lente decolonial sinalizam a resistência do imaginário mítico e corporativismo das linguagens

única base civilizacional para todos os povos e direitos universais. Outros autores também destacam a dominação linguística, tais como: QUIJANO (1992); MIGNOLO (2007); HOOKS (2008); LUGONES (2014), assim como destacam a importância de ‘fraturar’ o estruturalismo dessas línguas opressoras.

corporais que reproduzem a imagem do corpo mítico sagrado e não-moderno das cosmovisões afroindígenas⁹. Com o verbo fraturado é possível dar visibilidade e centralidade aos entre-lugares, ao ser/estar/serdo do corpo mítico e imaginário ancestral dos “povos de Santos” e dos saberes e conhecimentos locais dos cultos aos Orixás e aos Voduns, enquanto exemplos de resistência e preservação do imaginário reprodutivo das cosmologias tribais, dos ritualismos nas aldeias, das tradições orais nas nações e impérios étnicos, das raízes religiosas politeístas e da base familiar poligâmica que sustentam a saúde sexual e reprodutiva enquanto tecnologias de sobrevivências dos entendidos¹⁰ nos terreiros de Candomblé (RIOS, 2004), da Umbanda, da Quimbanda, do Catimbó, do Tambo de Minas, do Xangô, do Jê-jes, do Nagô, do Quêtu, do Vudu, do Catimbó, entre outras ilhas africanas, no território brasileiro, que borram as fronteiras oficiais dos territórios nacionais.

É válido lembrar que os signos e significados do imaginário espiritual trans afroindígena constituem-se enquanto resistência das linguagens corporais transgressivas segundo línguas e imaginários padrões dos sistemas binários de gênero, da divisão e hierarquização dos corpos por meio das categorias homem/natureza, masculino/feminino, sexo/gênero, colonizador/colonizado, entre outros, porque as línguas vernaculares e corporalidades míticas dos afroindígenas reproduzem noções de tempo não-linerares, corpos não individualizados, sexos e gêneros não-atomizados, sendo pois percebido nas muitas expressões cotidianas do trabalho sexual e religioso que

9 Travestis mais velhas reproduzem noções de maternidade ao acolher travestis mais novas que foram marginalizadas e limitadas a exploração dos trabalhos sexuais nas ruas, assim como na militância das travestis, as filhas mais jovens na militância chamam de mãe, a travesti mais velha que lhe acolheu no movimento. O mesmo pode ser visto entre as hijiras na Índia, comunidades de hijiras representam espaços sagrados onde as hijiras mais novas recorrem em busca de proteção e orientações de sobrevivências. Entre elas se reproduzem as linguagens e cosmovisões próprias às resistências das pessoas trans afroindígenas.

10 Apenas nas religiões de matrizes africanas e indígenas é possível verificar nas comunidades as práticas e parcerias homossexuais marcadas pelas limitações de classe, geração, raça e status social. Para tanto utilizo o estudo de Luiz Felipe Rios (2004), em O Feitiço de Exu, para compreender tais questões na comunidade de “entendidos” ou homossexuais na comunidade candomblesista do Rio de Janeiro e em algumas referências de outros dos seus estudos nas comunidades de Pernambuco

mantêm vivas as cosmologias poli-tópicas, não-binárias e pluriversais nas expressões dos seus sentidos.

O imaginário dos tempos/espacos afroindígenas são cíclicos, em espirais, e não projetam um domínio do movimento universal que se aplique a todos os corpos, todos os povos, todos os mundos, tal como o sistema mundo ocidental se projeta enquanto única via de salvação, de cura ou libertação, como é reproduzida e vendida a crença e ideias eurocêntricas. É assim que palavras como “Makueiro” ou “Makueso”, na língua changana, muito falada em Maputo-Moçambique, pode significar tanto a imagem do “irmão”, quanto da “irmã”; assim como o signo “Muloi” pode ser desenhado pela imagem do feiticeiro ou feiticeira; “Nyanga”: como imagem do curandeiro ou curandeira; “Waplalissa”: representada por aquele/a que pode ter filhos/as; “Guenza Ngowa”: solteiro, solteira e/ou pessoa estéril; “Dzxile ou Dixile”: saudação utilizada quando chega e/ou quando vai embora, seja no amanhecer ou no anoitecer. O mesmo sentido da não-linearidade e não-binarismo das expressões linguísticas afroindígenas aplica-se aos signos das corporalidades míticas e das “transgressões” ancestrais acerca da divisão binária e cis-normatividade do sistema moderno de colonialidade de gênero/sexo vistos no discurso imagético dos corpos animalistas de humanos ou não, que significam os movimentos, os fluxos e trânsitos nas distribuições dos sexos e gêneros nos corpos (não)humanos reproduzidos pelas linguagens corporais das tribos, das aldeias e dos ritualismos acerca dos direitos étnico-raciais e propriedade coletiva acerca da saúde sexual e reprodutivas dos corpos humanos ou não-humanos. As cosmovisões dos corpos míticos das pessoas trans afroindígenas reproduzem o discurso imagético acerca da ecologia dos saberes locais, dos conhecimentos cosmológicos partilhados entre plantas, peixes, caranguejos, homens, pássaros, serpentes evocando as tecnologias tribais da fertilidade a pluridiversidade dos corpos, da justiça cognitiva e economia política da da saúde sexual e reprodutiva que constituem a base da independência étnico-racial.

Resultados e discussão

Assim como na categórica da palavra pessoa, expressão que transgride o binarismo homem/mulher, descrita no perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (2004), assim como da categoria lócus fraturado, em Rumo ao feminismo descolonial de Lugones (2014), em

que se transgride o moderno por meio da categoria do não moderno, valemos da lente decolonial acerca das imagens do corpo mítico que tomamos como exemplo abaixo da metodologia crítico-analítica acerca do discurso imagético reproduzidos nas imagens s fotográficas abaixo:

Figura 1. Corpo afroindígena, pessoa-peixe. América Central (700 a.C)



Figura 1. Escultura em ouro: Corpo afroindígena, pessoa-peixe, América Central (700 a.C)
Foto: Mafra de Souza, Museo del Oro Zenu, Cartagena das Índias/Colombia 02/2017

Na mitologia asteca, Chalchiutlicue é a deusa dos lagos e das correntes d'água. É a patrona dos nascimentos e desempenha um papel importante nos batismo dos astecas; deusa de Teotihuacán, representa literalmente a deusa da água em comunicação com a terra. O corpo metade peixe e metade humano remete-nos ao corpo mítico das sereias que, no imaginário afroindígena poderia ser denominada como Oxum, das águas doces, e lemanjá, das águas salgadas. Ambas gestaram ou cuidaram de Oxumaré desde que o mesmo foi entregue ao rio por Nanã Buruquè, Mãe representada pela Lama ancestral. Nas religiões de matrizes afroindígena, a pessoa-peixe apresenta qualidades do amor materno, da economia e saberes das águas, da política dos corpos que transitam entre a água e a terra.

Figura 2. Corpo dissidente, pessoa-pássaro, América Central

Figura 2. Escultura em madeira e tecido: Corpo afroindígena, pessoa-pássaro, América Central.

Foto: Mafra de Souza, Musée du Louvre, Paris/França 01/2018

Para os Astecas, *Quetzalcoatl* representa a serpente emplumada, responsável pela comunicação entre o céu e a terra. Na mitologia Maia, conhecido como *Kukulkan*, é o Pai ancestral que veio do céu e semeou o mundo. A pessoa-pássaro segundo matriz e política dos corpos afroindígena representa o ser ancestral responsável pela comunicação entre o céu e a terra, a pessoa e economia responsável pela semeadura e transporte da semente. No imaginário do Candomblé seria representado por Oxalá, o Pai ancestral que semeou a Mãe Terra, Nanã Buruquê. Na mitologia egípcia pode ser representado pelo Deus Rá, o Pai-Ave de rapina ancestral, o Falcão que traz o sol sobre a cabeça, responsável pela criação do mundo, pelo ciclo da vida, da morte e da ressurreição.

Tais imagens ilustram as corporalidades afroindígenas nas pessoas que transitam entre espécies e corpos e por isso não são genericadas pelo binarismos de gênero. Expressam o imaginário não-moderno que transgridem a dicotomia ontológica homem/natureza sinalizando a resistência dos corpos míticos, mestiços entre espécies, revestidos por máscaras, véus ou pinturas sobrepostas, a dissidências entre os falos não atomizados entre o masculino/feminino. Valendo-se da lente decolonial, mostra-se enquanto estratégia crítica da leitura ocidentalizante das imagens, que partindo do olhar que remete às perspectivas estéticas e ética filosófica afroindígena, seleciona os traços da cultura visual enquanto marcas da transgressão da dicotomia modernizante que hierarquiza as espécies, corpos racializados, genericados e sexualizado.

Considerações finais

O olhar decolonial parte das expressões da resistência corporal aos sistemas modernos da colonialidade do poder, aqui vistas como estratégias étnico-raciais de resistência do corpo coletivo às normatividades do gênero que individualizam os corpos a partir da categorização e classificação dos corpos a partir do sexo. Após seleção das imagens dos corpos coletivos afroindígenas que remetem aos traços culturais do corpo mítico e ancestral afroindígena, procura-se identificar as estratégias de movimentos e transe das linguagens corporais que sinalizam o lócus-fraturado que transgridem a naturalidade e normatividade dos corpos resistentes às modernidade nas políticas dos corpos nos espaços e saberes locais frente ao universalismo do sistema mundo ocidental. Os corpos afroindígenas problematizam os espaços citadinos a partir da transgressão das marcas do individualismo, do direito privado e que reafirmam o direito coletivo, a saúde comunal, o associativismo contra-hegemônico que remetem os corpos afroindígena ao imaginário da propriedade coletiva e economia política dos saberes locais e conhecimentos étnico-raciais.

Referências

APARICIO, Juan Ricardo; BLASER, Mario. **“The ‘Lettered City’ and the Insurrection of Subjugated Knowledges in Latin America”**. *Anthropological Quarterly*, v. 81, n. 1, 2008. p. 59-94.

BANDEIRA, Isa. O Protagonismo feminino na fotografia de Ricardo Rangel: O Pão Nosso de Cada Noite. IN.: NASCIMENTO, Washington Santos; FONSECA, Danilo Ferreira da; MORENO, Helena Wakim; FONSECA, Mariana Bracks (Orgs.). **Áfricas: política, sociedade e cultura**. X Semana de História Política. Simpósio Temático 12. **Áfricas: política, literatura e identidades**. 19 e 23 de Outubro de 2015. Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições Áfricas, 2016.

CAMPBELL, Joseph (org.). **Mitos, sonhos e religião: nas artes, na filosofia e na vida contemporânea**. Tradução de Angela Lobo de Andrade e Bali Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CALDERÓN, Patrícia Asunción Loiza. Abordagens Metodológicas em Estudos Decoloniais: Possíveis diálogos entre a Análise Crítica do Discurso e as Epistemologias do Sul. XX SEMEAD: **Seminários em Administração**. Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UNIGRANRIO: novembro de 2017

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. Fecha de publicación noviembre de 1961.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**, tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Grall, 1985.

GROSGOUEL; Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre/escuela-Pensar, 2007.

HOOBS. Bell. **Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens**. Tradução: Carlianne Paiva Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. Date: 27/08/2014. in: Educação, Mulher Negra, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad-Racionalidad**. Perú Indígena, Lima, v. 13, n. 29, 1991.

_____. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Novos Rumos, São Paulo, ano 17, n. 37, 2002.

_____. WALLERSTEIN, Immanuel. **Americanity as a concept, or the Americas in the Modern World-System**. ISSAI, n. 134, p. 547-549, 1992.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARANHÃO FILHO. E. M. de A. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de dentidade em Política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

PENN. Gemma. Análise Semiótica de Imagens Paradas. In.: Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. 3ª Ed. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

RIOS, Luiz Felipe. **O Feitiço de Exu**: Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candoble-sistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro. Tese Doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. Curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva. 2004.

SOUZA JUNIOR, Paulo Fernando Mafra de. **Estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas**: análises críticas às políticas do corpo a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E.B.; MATTA, Roberto & SEEGER, Antony. A construção da pessoa nas sociedades indígenas. Boletim do Museu Nacional - UERJ. **Antropologia**/maio, nº 32, Rio de Janeiro: Editora Fon-fon e Seleta, 1979. (p. 2-4)